
Fazendas de café brasileiras: construção de uma taxonomia no software memória virtual (MV)

Brazilian coffee farm: construction of a taxonomy for Virtual Memory software.

Luciana de Souza Gracioso (1), Maria da Graça Melo Simões (2), Mayara Cristina Bernardino (3), Luzia Sigoli Fernandes Costa (4)

(1) Universidade Federal de São Carlos, SP, Brasil, luciana@ufscar.br

(2) Universidade de Coimbra, Portugal, gsimoos@dar.c.uc.ptc

(3) Universidade Federal de São Carlos, SP, Brasil, mayarabernardino@yahoo.com.br

(4) Universidade Federal de São Carlos, SP, Brasil, luziasigoli@gmail.com

Resumo

As fazendas de café foram o ponto nevrálgico do desenvolvimento econômico do Brasil, constituindo-se hoje num patrimônio histórico. Para resgatar esta herança coletiva, grupos de pesquisa, desenvolvem metodologias, para a inventariação, a descrição física e de conteúdos deste patrimônio. É objetivo geral, elaborar um modelo de taxonomia para ser utilizado na indexação de conteúdos relativos aos bens culturais destas fazendas no software MV. O recurso metodológico foi baseado numa exploração bibliográfica e num estudo de caso circunscrito aos referidos bens culturais. Esta estratégia teve duas etapas: seleção, análise conceptual e terminológica dos termos recolhidos, e a construção da taxonomia a partir da ANSI/NISO Z39.19-2005. Dela resultou a construção de uma taxonomia, constituída por 3639 termos entre os quais se estabeleceram relações de equivalência e de hierárquica. Este estudo contribuirá para a preservação e divulgação dos bens patrimoniais das fazendas históricas brasileiras e para a recolha e sistematização de informações que possam aperfeiçoar as políticas públicas voltadas para a educação patrimonial e para a construção e preservação da memória coletiva, no caso a que se refere às Fazendas de café.

Palavras-chave: organização do conhecimento, taxonomia, bens culturais, fazendas de café.

1. Introdução

Atualmente é possível identificar muitos espaços que não são, usualmente, caracterizados enquanto unidades de informação, mas que reúnem uma riqueza inquestionável de documentos e de conhecimento. No Brasil, sobretudo, há uma variedade desses espaços, que manifestam a cultura, a educação, a economia, os modos de vida quotidiana, enfim, a história brasileira.. Nesse contexto, destaca-se o univer-

Abstract

The historic coffee plantation farms in the interior of São Paulo were the crux of Brazil's economic development, currently representing a historical heritage nowadays. In this context, different research groups in Brazil produce methodologies for the inventory of the physical description and the contents of this heritage. In this scenario our main goal within this article is to describe the developing of a taxonomy model to be used to index the material related to the cultural property of these farms, and use it with free software called Virtual Memory. The methodological approach was based on a literature exploration and a case study circumscribed to such cultural property. This strategy had two phases: selection, conceptual and terminological analysis of the collected terms, and the construction of the taxonomy using ANSI / NISO Z39.19-2005. It resulted in the construction of a taxonomy consisting of 3639 terms of which were established relations of equivalence and hierarchy. This study will contribute to the preservation and dissemination of the assets of Brazilian historic farms and for the collection and systematization of information that can improve public policies for heritage education and the construction and preservation of the collective memory, with the Coffee Farms referred here.

Key Words: knowledge organization, taxonomy, cultural heritage, coffee farm.

so das fazendas históricas do Estado de São Paulo, que foram responsáveis, especialmente, pelo cultivo do café; cultura considerada um dos maiores pilares para o desenvolvimento econômico do Brasil entre os séculos XVIII e XIX.

Todo um modo de vida foi estabelecido no entorno destas fazendas e tende, o que concorre para que o seu valor patrimonial seja inestimável. Contudo, este patrimônio tende a se perder por diferentes motivos: desmembramento das famílias originais, avanço e desenvolvimento de

outras culturas, expansão da tecnologia agrícola, investimento de produtores em outras formas de capital, dentre outros. Seus aspectos arquitetônicos, seus objetos, suas histórias, suas festas, suas relações de trabalho e interpessoais, seus mobiliários, seus acervos pessoais, todas estas fontes de informação necessitam ser preservadas por conter ampla parte da História brasileira, ainda a ser descoberta.

Para os profissionais da informação, há, entre tantos desafios, o de organizar, representar e promover o acesso a este patrimônio. A busca pela preservação do patrimônio cultural e histórico nacional gerou uma grande abertura para estudos e pesquisas em organização do conhecimento e de tecnologias inovadoras para o tratamento, representação e recuperação da informação de diversas tipologias documentais. Catalogar os patrimônios fragmentados em diversas fazendas paulistas é um desafio que exige métodos específicos e ferramentas que possibilitem o inventário e o compartilhamento desses fragmentos históricos.

Desta forma, há uma demanda em criar metodologias específicas de inventário e um sistema de software que torne disponível e acessível, via web, informações referentes a estes patrimônios. Além disso, conforme Costa (2014) em reportagem cedida à revista FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo) “por tratar-se de patrimônio privado, a catalogação tem de prever que especialistas e proprietários – ou responsáveis pelas fazendas – compartilhem responsabilidade no inventário de seu patrimônio em ferramentas específicas para esse fim” (Izique, 2014). Esta situação orienta o trabalho que vem sendo desenvolvido, uma vez que se entende que todos os instrumentos de organização e representação dos bens culturais rurais devem ser pensados, planejados e estruturados de modo que possam ser compreendidos e utilizados por proprietários e funcionários das fazendas históricas, já que esses atores também serão responsáveis pelo cadastro e descrição dos bens no software em desenvolvimento.

Ao longo dos últimos anos, diferentes projetos de pesquisa e extensão foram desenvolvidos sobre Bens Culturais Rurais no Brasil. Dentre eles, os desenvolvidos com financiamento FAPESP foram:

1.º - “Memória Virtual de São Carlos” (2004-2008), coordenado pelo Prof. Dr. José Carlos Maldonado do Instituto de Ciências Matemáticas da Universidade de São Paulo (ICMC/USP), que teve como objetivo central o desenvolvimento de uma interface web para o registro da memó-

ria rural das fazendas históricas da região de São Carlos, interior de São Paulo, no Brasil. Neste projeto foi iniciada a criação do software Memória Virtual (MV);

2.º - “Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo” (2007-2012), coordenado pelo Prof. Dr. Marcos Tognon da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que teve como objetivo desenvolver metodologias e instrumentos para sustentar o registro e a recuperação da informação no Memória Virtual;

3.º - “Critérios e metodologias para a realização de inventário do Patrimônio Cultural Rural Paulista” (2012-2014), coordenado pela Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que objetivou aplicar, testar e validar os instrumentos e metodologias para registro e recuperação da informação no Memória Virtual desenvolvidos nos projetos anteriores.

O Memória Virtual (MV) é um software livre cujo desenvolvimento foi iniciado em 2004 pelo ICMC/USP. É característica deste sistema que qualquer indivíduo interessado em cadastrar seus bens patrimoniais no sistema possa realizá-lo gratuitamente e que as informações cadastradas possam ser validadas antes de serem disponibilizadas publicamente.

No contexto deste sistema, um importante instrumento de catalogação denominado Padrão de Descrição da Informação (PDI) foi elaborado ao longo destes projetos prevendo 40 campos para registro de bens culturais. Dentre estes campos situa-se o objeto desta pesquisa, que diz respeito a catalogação por assunto do bem patrimonial – que no contexto deste projeto foram nomeados como “assunto” e “descriptor”. O PDI permite que seja indexado todo e qualquer bem patrimonial: material (arquitetônicos, arquivísticos, bibliográficos, arqueológicos e outros) ou imaterial (receitas, histórias, lendas, depoimentos, festas, etc.). Para a sua concepção, foram consultados os sistemas de descrição usados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (SISTEMA, 2010), tais consultas se deram pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC, 2000) também, desenvolvido pelo IPHAN, o sistema usado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG), o Centro de Memória da Unicamp (CMU), o Sistema de Apoio à Comunicação Integrada (SACI) desenvolvido pela UFSCar.

No intuito de promover, em alguma medida, o desenvolvimento de uma pesquisa que pudesse contribuir com o cenário apresentado, buscou-

se estudar a viabilidade e os recursos necessários para se elaborar uma taxonomia que servisse de suporte ao registro e à recuperação da informação no Memória Virtual (5).

Cabe retomar que, ao longo dos últimos 10 anos, tentou compreender-se como a linguagem age no mundo, e não, como ela representa o mundo. Para sustentar nossas reflexões apoiamo-nos, especialmente em orientações oriundas da filosofia da linguagem pragmática, especialmente aquela pensada por L. Wittgenstein em seu segundo momento filosófico, marcado pela publicação de sua obra *Investigações filosóficas* (1953). Nesta obra o autor esclarece, a partir das noções lançadas sobre os *Jogos de linguagem*, que a linguagem é o seu uso. Tendo em vista que não é objetivo deste trabalho, neste texto em especial, dar destaque aos aportes teóricos que nos fazem refletir e nos reposicionar sobre o campo da organização do conhecimento, consideramos prudente esta breve menção as fundamentações que têm moldado a nossa forma de olhar para os fenômenos informacionais, pois esta fundamentação é que nos motiva a desenvolver instrumentos de representação (considerados como uma das ações da linguagem), nos desafiando a tentar incluir, no escopo das estruturas consolidadas, ajustes metodológicos simples que possibilitem a aproximação dos jogos de linguagem dos usuários aos sistemas de informação que se propõe a representá-los.

2. Fazendas históricas no interior de São Paulo no Brasil como espaços de memória: o caso das Fazendas de S. Carlos

A cultura cafeeira, o plantio da cana-de-açúcar, a construção e avanço das estradas de ferro, a escravidão, a imigração e até mesmo a industrialização, são aspectos marcantes no contexto de formação das fazendas históricas na região de São Carlos – SP. Foi a partir do XVIII que se destaca o início da formação da cidade e de suas fazendas históricas. Com a busca por minas de ouro, deu-se o conhecimento das terras que antes eram conhecidas como sertões de Araraquara. Com a abertura de estradas e trilhas pelos mineiros, iniciou-se a vinda de povoadores, que inicialmente buscavam por tomar posse das terras e abrir novos caminhos, mas que logo foram substituídos por sesmeiros, justificando a demanda de disputas pela concessão das cartas de sesmaria no fim do século XVIII.

O município de São Carlos foi formado por áreas diversas a maioria originárias de três

principais sesmarias. A primeira delas foi a Sesmaria do Pinhal, que compreendia a metade sul do perímetro urbano futuro da cidade. Ela foi demarcada por Carlos José Botelho em 1831. A segunda sesmaria foi a Sesmaria do Monjolinho, esta teve posse irregular no começo do século, mas foi regularizada por carta de doação e teve como proprietário João Alves de Oliveira. Incluía toda parte norte da atual cidade. A terceira foi a Sesmaria do Quilombo, também de posse irregular, e foi regularizada a requerimento do vigário de Piracicaba, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, esta compreendia as terras baixas de Mogi, no atual distrito de Santa Eudóxia, distante do centro de São Carlos. São Carlos inicia-se a partir da delimitação da Sesmaria do Pinhal, em 1831. Em sua fundação em 04 de novembro de 1857, havia uma pequena povoação fixada em casas ao redor da capela construída e boa parte eram herdeiros da família Arruda Botelho, primeiros proprietários das terras da Sesmaria Pinhal. Este regime de sesmarias vigorou no Brasil até 1822.

As fazendas iniciaram-se com a criação de gado, suíno e bovino, com plantação de milho, mandioca e de algodão, culturas que permitiram o povoamento rural e o desenvolvimento das terras. A consolidação do cultivo da cana-de-açúcar veio trazer consigo a valorização destas terras e conseqüentemente a valorizou a busca pela mão-de-obra escrava, que se tornou-se acirrada pelo início da lavoura comercial. Porém a data da fundação de São Carlos coincide com o declínio do regime escravista no Brasil. O valor dos escravos se tornou tão alto nesta época que reduziu o tráfico. Apesar deste declínio, os fazendeiros ainda usaram o trabalho escravo por mais 30 anos.

É no período compreendido entre 1800 e 1940 que se tem registro do ciclo do café. É nesta expansão cafeeira que a cidade surge. Entre 1831 a 1857 são formadas as primeiras fazendas de café de São Carlos, marcando o início da primeira atividade econômica de maior expressão da região. O café foi o principal produto de expedição nesta época. Em São Carlos a primeira lavoura chega a Fazenda Pinhal em 1840, trazido pelo senhor do Pinhal, Carlos José Botelho, e se espalha por todo o município, fortalecendo a economia local. As lavouras canavieiras e os latifúndios pastoris são totalmente substituídos pela lavoura cafeeira. A cultura do café nas várias fazendas do município é o marco do desenvolvimento de São Carlos. Os séculos XIX e XX foram marcados por essa expansão cafeeira e pelo grande fenômeno social que foi a imigração.

Muitos imigrantes italianos e alemães vieram para a região trabalhar na lavoura de café, na manufatura e no comércio. Pois com a escassez de mão-de-obra escrava, os fazendeiros começaram a incentivar a imigração estrangeira. Em 1884 a chegada da ferrovia em São Carlos, marca mais uma evolução econômica para o município, dando um grande impulso para o seu desenvolvimento. A criação da ferrovia foi um grande passo para a revolução industrial e significava agilidade e eficiência na chegada do produto aos portos. Ela veio a valorizar e a consolidar a produção cafeeira.

O café foi considerado produto de luxo, poder, esperança, riqueza e principalmente história. O café proporcionou destaque às fazendas, principalmente quando os fazendeiros tinham algum papel de destaque político. Por isso, muitos fazendeiros buscavam por cargos políticos, alguns eram barões e outros vereadores. Enfim, estavam ligados a política do município e do estado, essas elites rurais foram de grande influência para o desenvolvimento da cidade. A produção da cana-de-açúcar e do café foram marcos histórico no desenvolvimento de São Carlos. (TRUZZI, 1986; NEVES, 2007).

As terras das grandes fazendas se tornaram o universo urbano atual. A casa sede das fazendas ainda contam suas histórias. Deste modo, preservar estas construções, é manter a memória histórica, arquitetônica e social do município. Apesar da crise do café e da industrialização que fez reduzir e desaparecer muitas fazendas, não se apagou a importância histórica que esses fatos tiveram para o município e também de alguma forma para o Brasil.

A necessidade e o interesse em preservar estes fatos históricos gerou a busca por estudos que desenvolvessem formas de auxiliar nessa preservação. Reconhecer as fazendas como bem patrimonial importante para a região do interior paulista, abre caminhos para defini-la como espaço de memória a ser preservado o que justifica as necessidades de estudar formas de preservar a sua história, da qual fazem parte os seus objetos. Este universo, que concentra uma infinidade de possibilidades históricas, carece de reconhecimento como espaço cultural, educacional e histórico na sociedade. Neste sentido, foram e estão a ser desenvolvidas pesquisas que contribuam para a visibilidade e reconhecimento destas fazendas históricas, de modo a integrá-las no meio científico, como objetos de debate, de reflexão e estudo científico e acadêmico; pois só assim

poderão conquistar o espaço cultural e histórico que lhes pertence por direito.

3. Bens culturais, patrimônio e memória no contexto das fazendas históricas paulistas

Consideramos necessária a compreensão do contexto e das noções básicas que tornam o patrimônio rural e a fazenda histórica, um espaço de memória. Conforme documento publicado pela Unesco, intitulado *Recomendações de Paris*¹, 1964, são considerados bens culturais todos os bens, sejam eles móveis ou imóveis, que possuem importância cultural para uma nação. Enquadram-se nestas categorias obras artísticas de cunho histórico, arqueológico, etnológico, espécimes (como flora e fauna) e coleções de modo geral. (UNESCO, 1964). Com base nesta definição, podemos caracterizar as fazendas históricas brasileiras como bens culturais.

Já o termo patrimônio seria utilizado para designar o conjunto de bens culturais que se tornam propriedade de um país (FONSECA, 2005). Como patrimônio cultural, caracterizam-se os monumentos, conjuntos de obras, lugares notáveis (UNESCO, 1972)². Como patrimônio cultural imaterial caracterizam-se as representações, os conhecimentos, instrumentos, fatos, ações ou lugares que comunidades ou indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio imaterial é retroalimentado pela própria comunidade de geração em geração. Conforme documento produzido pela Unesco (*Recomendações de Paris*, versão 2003)³, o patrimônio cultural imaterial se manifesta enquanto: “[...] a) tradições e expressões orais [...]; b) expressões artísticas; c) celebrações, práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas, relacionados à

¹ UNESCO, Recomendação de Paris, 1964. Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedade ilícitas de bens culturais. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4676>> Acesso: jan. 2015

² UNESCO, Recomendação de Paris, 1972. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=244>> Acesso: jan. 2015

³ UNESCO, Recomendação de Paris, 2003. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Conferência geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura doravante denominada “UNESCO” em sua 32ª sessão. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>> Acesso jan. 2015

natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais.” (UNESCO, 2003).

Estas definições abarcaram a totalidade dos objetos e dos fatos que circundam o ambiente histórico e cultural das fazendas históricas paulistas, portanto nos apoiamos nestas definições para dialogar, descrever e renomear este ambiente. Todos estes conceitos, que representam um amplo contexto de ação e representação da sociedade, convergem especificamente em um propósito – o de esclarecer e preservar a memória – seja ela social ou individual. A memória, ou ainda, a preservação de depósitos de memória seria o objetivo mais amplo desta pesquisa.

Desta forma, primeiramente expomos o seguinte questionamento: O que é memória? Este é o ponto inicial para entendermos o processo de preservação do patrimônio. De modo geral, podemos considerar memória a faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos adquiridos, lembranças ou reminiscências. [...] memória é tudo aquilo de que uma pessoa se lembra, como também é a sua capacidade de lembrar; é o processo de aprender, armazenar e recordar uma informação”. (Santos, Marteleto, 2005, p. 6).

Memória pode ser definida como a capacidade do ser humano em reter informações, fatos, acontecimentos, experiências e lembranças do passado e retransmiti-los de variadas formas, podendo ser trabalhada e representada de duas formas: a Memória Individual e a Memória Coletiva. A primeira é formada pela socialização do indivíduo com os meios sociais como família, religião, escola, partidos políticos e a própria sociedade em si, que atuam como formadores da memória única do indivíduo, ou seja, a Memória Individual é única e é formada em cada um de nós ao longo da vida. Já a segunda consiste da memória comum a todos os membros de uma sociedade ou de um grupo específico. Seus aspectos são julgados e controlados por um grupo de poder dominante, que determina o que será transmitido para a sociedade, inculcando e formando a Memória Coletiva ou memória oficial da mesma, influenciando na produção de identidades dos membros da sociedade.

Existem diversos fatores que influenciam na seleção da memória, diversos filtros que são fornecidos ao ser humano durante a vida, e têm papel importante na formação da memória. A cultura está dentro desta categoria de fatores influentes da memória. O capital cultural que as pessoas carregam permite decidir o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado,

proporciona um poder de seleção, já que [...] cultura é o trabalho do homem em todas as suas manifestações e aspectos, e a relação do homem com seu meio, com os outros seres, incluindo-se os outros homens. Cultura é a projeção em que o homem se realiza; ou melhor, a atividade em que ele se realiza. Cultura é percepção, experiência, expressão; cultura é o mundo vivido e presenciado pelas ações e representação dos sujeitos em sociedade.” (Santos, Marteleto, 2005, p. 4).

Fica claro que a Memória depende da cultura e a mesma depende da Memória para existir. Assim, por meio delas, podemos compreender o tempo em todos os seus aspectos, tais como o passado, o presente e visualizar o futuro. “A memória é o único instrumento através do qual ideias e palavras podem ser reunidas, fugindo, assim, ao império do imediato: imprime as direções do tempo e permite uma continuidade social. Sem ela não seria possível manter alianças nem contratos, que não poderiam ser mantidos ou cobrados Desapareceriam os elos sociais e a própria noção de sociedade. Por fim, desapareceriam as identidades individuais e coletivas, assim como a própria possibilidade de conhecimento. Portanto, a memória se constitui como princípio de todo fundamento e transmissão cultural.” (Crippa, 2010, p. 81).

Costa (2010) considera a informação como formadora de memória, por meio do uso e representação dessa informação.” [...] uma informação só tem sentido e significado quando combinada com um espectro de outras informações e outros conhecimentos gerados pelas práticas cotidianas e pelo *locus* cultural de seu uso. Por esta razão, as informações podem significar representações do passado que vão formando a memória dos acontecimentos e esta faz surgir e acumular monumentos, objetos, textos, imagens e demais tipos documentais.” (Costa, 2010, p. 170).

A memória constitui parte importante do meio social, é o elemento para a construção do que consideramos sociedade, é a essência do ser humano, por meio dela é possível resgatar marcos do passado que foram essenciais para o presente atual e serão imprescindíveis para o futuro. Por meio da memória podemos ver as necessidades e demandas atuais, ter uma visão histórica da vida social e lembrar o que nos é marcante. Ou seja, também é relevante “(...) a valorização da memória como direito social e forma de expressão da cidadania.” (Nascimento, 2013, p. 38).

Visto que a memória é elemento formador da sociedade e que a sua constituição é importante

para o desenvolvimento da cultura social, comungamos a noção de que “Os investimentos realizados pela memória ou no campo memorialístico, podem dessa forma, serem sinteticamente intitulados como mecanismos de ritualização ou institucionalização simbólica que se representam por meio de comemorações, de celebrações, de rememorações. Em suma, pela patrimonialização.” (Ribeiro, 2010, p. 39).

Neste ponto visualizamos a memória e o patrimônio interligados, ambos dependentes e constituintes da cultura social. Notando que, para Murguía (2010): “Outro aspecto dessa vontade de memória pode ser vista no patrimônio. Municípios, Estados e a União possuem órgãos de criação, defesa e cuidado do patrimônio. Tanto o chamado patrimônio material como o imaterial obedecem a uma vontade de deter o tempo. Os aparentes critérios pedagógicos, artísticos ou históricos, no ato patrimonial, é um ato da vontade da memória. Assim, por meio da jurisdição, criam-se lugares da memória, em muitos dos casos, pretende-se que os lugares possam dar origem à própria memória quando instituídos dessa missão.” (Murguía, 2010, p. 27).

A palavra patrimônio está associada ao antepassado, a heranças, bens ou posses deixadas por chefes ou ancestrais de um grupo. Assim, da mesma forma que a memória, patrimônio nos remete ao significado de lembrança, de sua conservação e preservação: “A ideia de patrimônio se atrelaram outras categorias: memória, memória social, identidade, cidadania, inclusão, num crescendo abarcador que leva junto os seus contrários, ainda que de modo escamoteado, como o esquecimento, o indivíduo, o deslocamento, o abandono e a marginalização social.” (Ceravolo, 2010, p. 46).

Lemos (1981), em sua obra, cita o professor francês Hugues de Varine-Boham que, em uma aula sobre patrimônio cultural, sugere que o mesmo seja dividido em três grandes categorias:

- I. Elementos da natureza, meio ambiente;
- II. Elemento não tangíveis - conhecimentos, as técnicas, o saber e o saber fazer – Patrimônios Imateriais;
- III. Bens Culturais;

Sendo o terceiro grupo definido como [...] o mais importante de todos porque reúne os chamados bens culturais que englobam toda a sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer.” (Lemos, 1981, p. 10).

O Patrimônio Imaterial pode ser considerado como representações da vivência popular, as práticas, as expressões, as comunidades, as técnicas, os instrumentos, artefatos, objetos e, muitas vezes, os saberes e fazeres. Enfim, está ligado aos conhecimentos que muitas vezes não é de caráter material e físico.

Para Gomes (2007), o Patrimônio Cultural abrange muito mais que os bens tangíveis e materiais, conforme ele cita, abrange também “[...] os bens intangíveis, imateriais, incluindo as manifestações, por múltiplas formas, do modo de viver, pensar e agir de uma sociedade: os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares” (GOMES, 2007, p. 7). Esse patrimônio possui uma grande carga simbólica e se considera que, compreender os estudos de signos e significados auxilia na representação deste tipo de conteúdo.

Após esta exposição conceitual, podemos dizer que as Fazendas históricas são lugares de memória, caracterizadas como patrimônio, elas abarcam as três categorias apresentadas por Lemos (1981), sendo as mesmas bons exemplos de patrimônio cultural. As fazendas históricas são espaços que, usualmente não sendo caracterizadas como unidades de informação, contudo concentram uma riqueza inquestionável de documentos e informações que necessitam de ser tratados de forma a serem disponibilizados e assim constituírem material consistente e fiável para a construção da memória coletiva.

4. Instrumentos de linguagem a favor da memória: construção e uso.

Apoiados em trabalho desenvolvido por Boccato (2009) descreveremos resumidamente os esforços desenvolvidos pela biblioteconomia para contribuir com técnicas e ferramentas de organização da informação. Os sistemas de classificação desenvolvidos ao longo do século, tem início com a Classificação Decimal de Dewey (CDD) de Melvil Dewey (1876), passando por Charles Ami Cutter, em 1876, com seu arranjo de cabeçalho de assunto; o Sistema de Classificação da Biblioteca do Congresso – Library of Congress Classification (LCC) criado em 1920, entre outros. Na Europa, destacou-se o estudo sobre a inter-relação de conceitos de Otlet e La Fontaine, que se concretizaram com a Classificação Decimal Universal (CDU), em 1905; os estudos de Kaiser sobre os enunciados de assuntos em 1911, que consequentemente a influenciou nos trabalhos de Ranganathan (1967) sobre Colon Classification e suas noções de categorização facetada nos sistemas de classi-

ficação com suas cinco Categorias Essenciais: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo (PMEST). As noções de categoria e faceta foram exploradas de forma mais flexível nos trabalhos do Classification Research Group – CRG, na década de 1950. Vickery, Langridge, Foskett, Coates, Kyle e outros foram nomes que fizeram parte do CRG, que tinha como objetivo aprofundar os estudos de Ranganathan, dispostos a estudar a elaboração de sistemas mais flexíveis, buscando desenvolver mais profundamente o método analítico-sintético, considerado como uma abordagem representativa da teoria moderna da classificação.

Já a expressão Sistemas de Organização do Conhecimento (*Knowledge Organization System*) foi proposto em 1998 pela *Networked Knowledge Organization Systems Working Group* na primeira Conferência da ACM Digital Librarie, em Pittsburgh, Pennsylvania. Segundo Boccato (2009) os sistemas de organização do conhecimento vêm sendo estudados visando sistemas voltados para os usuários, considerando seus aspectos físicos e cognitivos. A autora diz que no contexto da Organização e Representação do Conhecimento, os sistemas de organização do conhecimento: “[...] possuem aplicabilidade em ambientes informacionais impressos e eletrônicos, abrangendo todos os tipos de esquemas que possibilitam a organização do conhecimento, a administração e sua promoção.” (Boccato, 2009, p. 43). Esses sistemas englobam os sistemas de classificação e as linguagens documentárias exemplificadas por ontologias, taxonomias, tesouros, listas de cabeçalho de assunto, glossários, ou seja, vocabulários controlados.

Assim, é importante delimitarmos uma linguagem que consiga atender minimamente os objetivos dos usuários na qual ela é direcionada.

A norma internacional de organização do conhecimento ANSI/NISO Z39.19-2005, propõe formas de construir e gerenciar um vocabulário controlado e pensando no desenvolvimento e no uso dos mesmos na web. A mesma aponta todas as tipologias de vocabulário controlado, com complexidades estruturais distintas. Além dos tesouros, o vocabulário controlado abrange outras estruturas menos complexas, tais como: anéis de sinônimos, lista de cabeçalho de assunto e taxonomias. As taxonomias são vocabulários controlados formados por termos preferenciais, organizados em estruturas hierárquicas ou poli-hierárquicas. Enquanto estruturas classificatórias, as taxonomias são instrumentos que permitem a recuperação e a organização de informações. Segundo a norma ANSI/NISO Z39:19 (2005, p. 9) as taxonomias seriam um

conjunto de termos controlados, organizados em uma estrutura hierárquica. Ou seja, cada termo, em uma taxonomia, está em um ou mais relacionamentos genéricos/específicos em relação a outros termos na própria taxonomia. (Boccato, 2009).

A taxonomia como um instrumento de representação e recuperação do conhecimento possibilita o processo classificatório de um domínio, podendo se apresentar em modelos de estrutura hierárquica, em modelos de mapas conceituais, taxonomias tortas, dentre outros. De acordo com Aganette, Alvarenga e Souza (2010), existem vários tipos de taxonomia, elas podem ser segmentadas conforme sua elaboração, sua origem e o seu uso organizacional.

Dos diferentes tipos de Taxonomias apresentadas pelos autores, destacamos a taxonomia descritiva, a facetada e por assunto, sendo essas três caracterizadas por sua elaboração. A primeira “[...] consiste em vocabulários controlados construídos a partir de tesouros, e adiciona diversos tipos de palavras, ortografias, formas e dialetos variantes, para que o usuário tenha maior liberdade na hora de buscar um assunto.” (Aganette; Alvarenga; Souza, 2010, p.80), e a segunda é uma estrutura de taxonomia mais flexível no modo como a informação pode ser categorizada de forma geral, ou seja, os temas são agrupados por facetas. A taxonomia por assunto, utiliza-se um vocabulário controlado e seus termos são organizados por assunto.

A categorização é um princípio básico adotado na taxonomia que fornece as bases para a apresentação e a construção e ordenação de classes e seus elementos. Uma taxonomia boa é aquela que facilita a busca e que seja intuitiva. Utilizar as taxonomias permite um alto nível de ordenação e classificação, assegurando a recuperação da informação nos sistemas de informação. nas taxonomias os usuários são quem as certificam, “o conteúdo se adapta aos usos e à situação dos usuários” (González, 2011, p.53). Ou seja, desde os termos até a sua estrutura, a taxonomia deve ser pensada e orientada para características e necessidades dos usuários, onde a flexibilidade, possibilidades de mudança e dinamismo sejam os componentes essenciais da linguagem e seu contexto de aplicação. Para Terra et.al. (2004, p.2) uma taxonomia tem como dever “ajudar a criar caminhos (categorias) múltiplos para encontrar a mesma informação, de acordo com o ponto de vista adotado.” Para González (2011), algumas características são essenciais para definir uma taxonomia, dentre as quais citamos: um domínio concreto, uma estrutura de conceitos/termos, termos relacionados hierarquicamente, a possibilidade de

navegação (no caso de uma taxonomia inserida num ambiente virtual) e a possibilidade de acrescentar dados. Essas características tendem a mudar, conforme a organização que desenvolve a taxonomia e as necessidades que a mesma buscam abarcar.

Frente ao exposto, são detalhados a seguir os procedimentos adotados para a construção da taxonomia sobre os Bens culturais Rurais paulistas, detalhando os resultados alcançados.

5. Processo metodológico e apresentação de resultados

O desenvolvimento da taxonomia proposta teve início em 2010, a partir da execução do projeto de pesquisa: “Organização do conhecimento no contexto das fazendas históricas do estado de São Paulo: indicações gerais para a construção de linguagens de representação da informação”, elaborada por Bernardino finalizada em 2012, enquanto pesquisa de iniciação com financiamento da FAPESP. A referida pesquisa teve como resultado a construção de um banco terminológico com aproximadamente 1.000 itens, resultantes da consulta da literatura e entrevista feita com especialistas.

Tal projeto teve continuidade em uma pesquisa de mestrado intitulada: “Representação da informação de bens culturais: construindo uma taxonomia no contexto das Fazendas históricas paulistas”, desenvolvida também por Bernardino finalizada em 2015, que teve como o objetivo geral articular os 1.000 termos já identificados na pesquisa anterior, em uma estrutura taxonômica, além de complementar os bancos terminológicos com mais termos coletados a partir da análise da literatura, especificamente a análise de vocabulários controlados já desenvolvidos no Brasil e relacionados ao assunto. Dentre estes vocabulários, destacam-se o *Thesaurus para acervos museológicos* e o *Tesouro do Folclore e Cultura Popular Brasileira* foram utilizados.

Ao final, foram gerados 6.848 termos, sistematizados inicialmente em 16 bancos terminológicos, categorizados segundo a fonte consultada (Anexo1). Destes, somente os bancos 1,2,5,9,15,16 foram efetivamente utilizados, incorporados e arranjados na taxonomia. Para esta etapa da pesquisa, além dos aportes metodológicos já indicados, nos orientamos na publicação de Simões (2008) sobre as relações conceituais em vocabulários controlados e pontualmente nas definições de taxonomia sistematizadas por Aganette, Café e Rocha (2010).

A estrutura metodológica inicial para organização dos conceitos se pautou na estruturação geral de taxonomias, tal qual sugere a Norma ANSI/NISO Z39.19-2005, mas com incorporações de alguns aspectos metodológicos adaptados as especificidades do domínio do assunto. Inicialmente a construção da taxonomia teve a seguinte orientação:

1) Elaboração da taxonomia:

a) Levantamento de conceitos a partir da análise de entrevistas com especialistas (BERNARDINO, 2012), análise documental e literária sobre o assunto;

b) Organização e sistematização dos conceitos identificados e selecionados em bancos de conceitos – ordenados alfabeticamente;

c) Seleção de categorias gerais para sistematização conceitual;

d) Inclusão dos termos em categorias conceituais sugeridas;

e) Estabelecimento de relações de hierarquia e de sinonímia entre os termos dentro das categorias;

f) Delimitação de termos preferidos para uso na indexação.

Há, no recurso de busca do MV, um campo destinado para que o usuário, ao utilizar termos que não estejam previstos na taxonomia para fazer suas buscas, possam indicá-los e ainda, significá-los a partir da recomendação de seus usos possíveis. Este pequeno recurso, permitirá que posteriormente o termo possa ser analisado e incorporado na estrutura da taxonomia, considerando o seu uso. Deste modo, estaríamos nos aproximando nos ideias pragmáticos sobre a dinâmica de construção de sentido nos usos da linguagem e em alguma medida, aproximando a ferramenta de representação da linguagem ao contexto de seu uso.

No entanto, como ponto de partida para a construção da taxonomia, a maior parte dos conceitos utilizados (83%) foram oriundos do “Thesaurus para Acervos Museológicos” (Anexo2). Este tesouro foi desenvolvido pelas pesquisadoras Helena Dodd Ferrez e Maria Helena S. Bianchini (1987), em parceria com o Museu Histórico Nacional, a fim de suprir a necessidade de organizar e sistematizar o enorme “tesouro” que tal museu possuía na época do estudo realizado. Uma das razões para a criação deste tesouro foi a falta de estudos e incentivos voltados para a construção e sistematização de instrumentos que tornassem a recuperação da informação dos acervos museológicos mais eficien-

tes. As pesquisadoras afirmam que esta situação ocorre na Museologia porque os acervos museológicos não são considerados fontes de informação. Além disso, a sacralização dos objetos resultou em uma preservação e admiração pautadas mais pelo seu valor artístico e financeiro do que pelo seu valor informacional e memorial.

As autoras asseguram que estes objetos

[...] ao contrário de um livro, de um artigo de periódico, de uma carta, enfim, dos documentos textuais/bibliográficos, não detêm em si, geralmente, nenhuma informação legível. Não possuem, por exemplo, uma folha de rosto para orientar os catalogadores. Além disso, o número de categorias de dados a serem recuperados é muito grande. Novamente, à diferença de um livro, não basta recuperar informação relativas a autor, título e assunto. Dados quanto a material, técnicas, dimensões, local e data de produção, estado de conservação, estilo, peso, procedência, etc. são igualmente fundamentais para os pesquisadores. (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. 16).

Baseando-se nos métodos de construção de taxonomias, apresentados por González (2011), em que se pode fazer a reutilização de estruturas já prontas complementando-as, a fim de economizar tempo e esforços, optou-se por utilizar a estrutura hierárquica desenvolvida por Ferrez e Bianchini (pois a temática é similar com as necessidades desta pesquisa) e alimentá-la com os conceitos levantados.

Os 16 bancos de conceitos foram analisados em relação à semelhança entre si e à pertinência com o momento da pesquisa, tendo sido selecionados seis deles para o desenvolvimento e elaboração da taxonomia. Destes, seis bancos foram escolhidos os termos preferidos, quando apareceram novas semelhanças de termos. Nesse momento, foi realizada nova seleção de termos pertinentes, removendo os que se repetiam, optando por considerá-los apenas em um dos bancos de conceitos, reduzindo o número de termos utilizados, conforme apresentado na

Em relação à estrutura taxonômica desenvolvida, optou-se inicialmente por utilizar ferramentas básicas, como a planilha de textos do Word por orientação dos desenvolvedores do MV, vislumbrando posterior migração desta estrutura para outra interface. Devido ao grande número de termos utilizados (3.639), os mesmos foram destacados na estrutura hierárquica com cores e formas que indicassem os bancos dos quais foram retirados (Figura 1 e Figura 2).

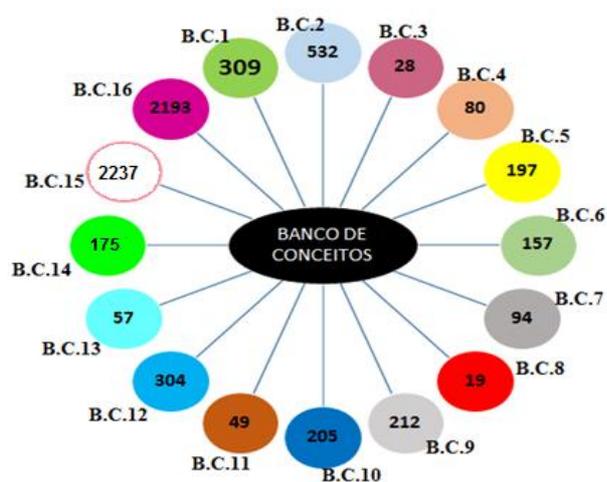


Figura 1. Bancos de Conceitos classificados por cores

O uso de cores para caracterizar os bancos terminológicos criados serviu de apoio aos desenvolvedores da taxonomia para que fosse possível, visualmente, identificar, na estrutura criada, a origem dos termos. Este recurso, mesmo não sendo indicado por Normas, foi positivo e permitirá análises futuras sobre os relacionamentos associativos entre os termos e seu contexto de origem. A seguir apresenta-se na figura 2, com recurso a cores, a estrutura final da taxonomia.

```
TG INTERIORES USE OBJETO DECORATIVO E MÓVEL
OBJETO DE DECORAÇÃO USE OBJETO DECORATIVO E MÓVEL
OBJETO DECORATIVO E MÓVEL UP INTERIORES UP OBJETO DE
DECORAÇÃO
TE ACESSÓRIOS DE INTERIORES
TE1 ACESSÓRIO DE LEITO USE ROUPA DE CAMA
TE2 COBERTA USE COBERTOR
COBERTOR UP COBERTA
TE3 MANTA
```

Figura 2. Exemplo de relações hierárquicas inseridas na taxonomia a partir dos bancos de conceitos com exemplificação no uso de cores

Na Figura 2 os grifos por cores representam o banco de conceitos de origem. Os termos que não possuem cores e que estão em itálico fazem parte do “Thesouro para Acervos Museológicos” (Ferrez; Bianchi, 1987).

É necessário esclarecer que a taxonomia sugerida como resultado deste trabalho, composta por aproximadamente 3.639 termos, não esgota todas as ações previstas na Norma ANSI/NISO Z39.19-2005. A definição sobre termos preferidos, especificamente, não está finalizada uma vez que se pretende, ao dar continuidade ao desenvolvimento da pesquisa, promover a validação e a participação dos especialistas e da comunidade nesta ação. As relações associativas também não foram estabelecidas, nesta fase do estudo.

De qualquer modo, toda a estrutura da taxonomia proposta, assim como detalhes sobre

a configuração dos bancos terminológicos estão disponíveis como apêndice no trabalho: BERNARDINO, M. C. *Representação da informação de bens culturais: construindo uma taxonomia no contexto das Fazendas históricas paulistas*. São Carlos: UFSCar, 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Programa de Pós-Graduação em Ciência, (PPGCTS), Universidade Federal de São Carlos, 2015.

6. Considerações Finais

Espera-se que, com a consolidação e o uso efetivo do Memória Virtual sejam estabelecidas a preservação das referências dos patrimônios materiais e imateriais das fazendas históricas brasileiras, e também a sistematização de todo o tipo de informação que possa concorrer para o incremento e a elaboração de políticas públicas voltadas para a educação patrimonial e para a construção e preservação da memória coletiva nacional. Almeja-se que os resultados oriundos deste trabalho possam servir de subsídios diretos para incentivar os gestores e proprietários das fazendas históricas brasileiras, a inventariarem os bens das respectivas Fazendas. Tal situação é possível, na medida em que o uso do Memória Virtual promove o acesso ampliado e estruturado à situação atual dos recursos patrimoniais de que elas dispõem, permitindo o intercâmbio e a construção de atividades em rede, o desenvolvimento de projetos coletivos e o aumento da visibilidade sobre a importância do bem patrimonial rural nacional.

Espera-se que os esforços já empenhados possam ser compreendidos no plano tecnologicamente reconfigurado da informação. No âmbito do Memória Virtual, prevê-se que, com a adoção da taxonomia elaborada (que é passível de retroalimentação a partir de termos indicados pelos usuários), haverá um aumento da encontrabilidade (*findability*) da informação. Além disso, os termos previamente indicados na taxonomia poderão sugerir ao usuário os *affordances* (pistas) para conteúdos que eles desconhecem. Espera-se também que, com a adoção desta taxonomia, seja possível uma maior mobilidade, convergência e ubiquidade no sistema, contribuindo ao mesmo tempo para uma arquitetura de informação pervasiva no MV, oriunda do desenvolvimento de computação sensível ao contexto. Outro resultado previsível da construção deste instrumento é a resiliência, uma vez que a manutenção deste sistema será feita a partir

das demandas apresentadas pelo usuário final do sistema.

Assim, pautado em aportes teóricos da área de organização do conhecimento, em normas internacionais e em vocabulários controlados já desenvolvidos, este projeto estruturou inicialmente um conjunto de banco de conceitos contendo 6.848 termos, pautados em garantias do especialista, garantias de uso e garantias literárias. Destes, foi estruturada uma taxonomia inicial, composta por 3.639 termos dispostos hierarquicamente, com algumas sinalizações para controle de equivalências e apresentação de notas de escopo. Uma informação relevante e que merece ser salientada é a de que os usuários desta taxonomia poderão não ser profissionais do campo da informação, e que estes poderão não só consultar itens no sistema, como também indexá-los. Entre os atores deste processo, destacam-se aqueles que por qualquer motivo, se encontrem relacionados com o universo das Fazendas históricas de café, como é o caso, em especial, do proprietário, do funcionário ou mesmo do educador e pesquisador interessado pelo assunto.

Esta característica concorre para o desafio e o compromisso de dar continuidade às pesquisas que busquem aproximar e incluir a linguagem do usuário como recurso de busca e recuperação da informação no MV.

Enfim, a construção de vocabulários controlados é desafiadora e conflituante. Mesmo concordando com a possibilidade de que o ideal proposto de construção de instrumentos de representação da informação não seja atingido, arriscou-se investir na tentativa de construção de uma taxonomia sobre bens culturais que pudesse apoiar o registro de itens no sistema Memória Virtual. Ao longo de todo o processo, foi possível confirmar que a construção de metalinguagens, especialmente em alguns domínios de saberes, pode ser incoerente. No universo da memória, do patrimônio material e imaterial, pensar e propor modelos e estruturas de significação soa paradoxal. Os recursos tecnológicos atuais, ainda não permitem, com a segurança desejável, representar a dinâmica, das ações da vida e do cotidiano. Diante deste cenário, é encorajador arriscar o desenvolvimento de instrumentos de representação da informação, mesmo reconhecendo suas limitações, nem tanto sintáticas e semânticas, mas sim, pragmáticas. Acredita-se que estes exercícios ajudam a confirmar hipóteses e teorias sobre a natureza pragmática da linguagem, e ao mesmo tempo

resultam em produtos que minimamente poderão atender a demandas pontuais de organização do conhecimento em um dado tempo e espaço.

Todo e qualquer assunto, vivo ou já pertencente ao acervo de memórias de alguma comunidade local, deve ter espaço na estrutura do sistema. Quanto mais for possível abrir estes recursos (ora entendidos como reguladores) para que a linguagem cotidiana e da memória se manifeste, mais serão agregados conteúdos e valores aos saberes que, de modo muito ínfimo, ousar-se-á tentar documentar e registrar no Memória Virtual.

Notas

- (1) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
- (2) Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo
- (3) Universidade Estadual de Campinas
- (4) Universidade Federal de São Carlos
- (5) Convém observar que, considerando que o MV tentará prever a infraestrutura para receber a Taxonomia que será desenvolvida, não temos como objetivo específico desta pesquisa, avaliar e selecionar softwares de apoio à construção de linguagens documentárias.
- (6) Pesquisa intitulada "Organização do conhecimento no contexto das fazendas históricas do Estado de São Paulo: indicações gerais para construção de linguagens de representação da informação", financiada pela FAPESP, processo número 2011/17554-3, vigente no período de novembro/2011 a outubro/2012.
- (7) Lista Hierárquica. Existem termos repetidos, mas que dentro da estrutura representam significados diferentes conforme a categoria inserida.
- (8) Os termos do Tesouro Folclórico constam em mais de 2000 em lista alfabética, porém nosso interesse é na utilização das principais categorias gerais e primeiras subcategorias apresentados na estrutura hierárquica.

7. Referencias

- Aganette, Elisângela; Alvarenga, Lídia; Souza, Renato Rocha (2010). Elementos constitutivos do conceito de Taxonomia. *Inf. & Soc.: Est., João Pessoa*, v. 20, n. 3, p. 77-93. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/3994>>. Acesso em: 15 de maio 2015.
- ANSI/NISO Z39.19-2005 (2005). Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO. 172 p.
- Bernardino, M. C (2002). Organização do conhecimento do contexto das fazendas históricas do estado de São Paulo: indicações gerais para a construção de linguagens de representação da informação. (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil).
- Bernardino, M. C. (2015). *Representação da informação de bens culturais: construindo uma taxonomia no contexto das Fazendas históricas paulistas*. São Carlos: UFSCar, 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), Universidade federal de São Carlos.
- Bocato, V. R. C (2009). *Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal*. Marília: UNESP, 2009. 301 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista.
- Ceravolo, S. M (2010). Memória, arquivos, bibliotecas e museus: algumas reflexões In: MURGUIA, E. I. (org.). *Memória: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus*. São Carlos: Compacta. p. 45-58.
- Cervantes, B. M. N. (2009) *A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos*. (Tese de doutorado em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, Brasil).
- Coelho, Marisa Colmago. Tesouro do Folclore e Cultura Popular Brasileira. Disponível em <http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/sistemica.html> Acesso em set. 2014.
- Costa, L. S. F.; Scarpineli, R.; Nakagawa, E. Y. (2010) Uma proposta teórico-metodológica de inventário patrimonial no contexto das fazendas históricas paulistas. In: Seminário: Preservação do patrimônio agroindustrial - Lugares de Memória, 2., São Carlos. *Anais...* São Carlos, Escola de Engenharia de São Carlos – USP, 2010. CD.
- Crippa, G. (2010) Memória: geografias culturais entre história e ciência da informação. In: MURGUIA, E. I. (org.). *Memória: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus*. São Carlos: Compacta, p. 79-110.
- Ferrez, H. D.; Bianchini, M. H. S. (1987). *Thesaurus para acervos museológicos*. (Vol. 1) Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro. 86p. (série técnica).
- Fonseca, M. C. L. (2005). *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- González, J. A. M. (2011). Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web: elementos conceituais. Salvador: EDUFBA. 128 p.
- Gracioso, Luciana de Souza (2010). Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na Web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Brasil, v. 1, n. 1, p. 138-158, jul. 2010. Izique, C. (2014, 16 de outubro). *Catálogo on-line registrará acervo cultural de fazendas paulistas*. Agência FAPESP. Recuperado 20/11/2014 de http://agencia.fapesp.br/catalogo_online_registra_acervo_cultural_de_fazendas_paulistas/20037/
- Lemos, C.A.C. (1981). *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense. 115 p.
- Murguia, E. I. (2010). A memória e sua relação com os arquivos, bibliotecas e museus. In: _____ *Memória: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus*. São Carlos: Compacta, 2010. p. 11-32.
- Nakagawa, E. Y.; Costa, L. S. F.; Scarpineli, R. (2010). Fazendas históricas paulistas do século XVIII e XIX: premissas teóricas e metodológicas para inventariar bens patrimoniais. *Resgate*, Campinas, v. 18, n. 20, p. 37-53.

- Nascimento, R. M. (2013). O patrimônio rural no oeste paulista: tombamento da fazenda Santa Sofia, 1989-1992. *Cultura Histórica & Patrimônio*, v. 1, n. 2, p. 30-44..
- Ribeiro, L. B. (2010). Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. In: MURGUIA, E. I. (org.). *Memória: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus*. São Carlos: Compacta, 2010. p. 33-34.
- Santos, V. C. R.; Marteleto, R. M. (2005) *Cultura, identidade e memória: uma leitura informacional dos museus históricos em ambientes comunitários*. In: VI *ENANCIB* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2005, 15 p.
- Simões, M. G. M. (2008) *Da abstracção à complexidade formal: relações conceptuais num tesouro*. Coimbra: Almedina.
- Terra, J. C. C. et.al. (2004). *Taxonomia: elemento fundamental para a Gestão do Conhecimento*. Terra Forum. 2004.
- Truzzi, O. M. S. (1986). *Café e indústria*: São Carlos: 1850-1950. São Carlos: UFScar.. 270 p. -- (Monografia; v.1)

Anexo 1

Banco de Conceitos	Fonte	Nº de Conceitos
BC. 1	Entrevista com seis pesquisadores do Projeto de Políticas Públicas "Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo", processo número 07/55999-1, com período de vigência de 2007 a 2012, tendo como Coordenado Geral o Prof. Dr. Marcos Tognon, da Universidade de Campinas (Unicamp).	309
BC. 2	Benincasa, V. (2003). <i>Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930</i> . São Carlos: EdUFSCar. 403 p.	532
BC. 3	Reunião do Grupo de Pesquisa do Projeto de Políticas Públicas "Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo", processo número 07/55999-1, com período de vigência de 2007 a 2012, tendo como Coordenado Geral o Prof. Dr. Marcos Tognon, da Universidade de Campinas (Unicamp).	28
BC. 4	Abraão, F. (Org.). (2007). <i>Delícias das sinhas: história e receitas culinárias da segunda metade do século XIX e início do século XX</i> . São Paulo: Arte Escrita. 128 p.	80
BC. 5	Relatório Parcial FAPESP. Projeto de Políticas Públicas "Patrimônio Cultural Rural Paulista: Espaço Privilegiado para Pesquisa, Educação e Turismo", processo número 07/55999-1, com período de vigência de 2007 a 2012, tendo como Coordenado Geral o Prof. Dr. Marcos Tognon, da Universidade de Campinas (Unicamp). Área: Inventário e Documentação.	197
BC. 6	Documento de Referência Terminológica. Projeto de Políticas Públicas "Patrimônio Cultural Rural Paulista: Espaço Privilegiado para Pesquisa, Educação e Turismo", processo número 07/55999-1, com período de vigência de 2007 a 2012, tendo como Coordenado Geral o Prof. Dr. Marcos Tognon, da Universidade de Campinas (Unicamp). Área Inventário e Documentação.	157
BC. 7	Fotografias Fazendas Históricas de Descalvado – ACIEPE: Fazendas Históricas 2011.	94
BC. 8	Glossário de Termos - patrimônio histórico cultural de São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo.	19
BC. 9	Estrutura Hierárquica de conceitos levantados referente a mobiliário histórico, elaborado e estruturado pela pesquisadora Ms. Rosaelena Scarpeline, com ajustes da Profa. Dra. Luciana de S. Gracioso e da Profa. Dra. Luzia S. Fernandes Costa.	212
BC. 10	Descrição de Imagens. Conceitos levantados pelas pesquisadoras Ms. Rosaelena Scarpelina e pela Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simon.	205
BC. 11	Palestra sobre MEMÓRIA. Proferida pela pesquisadora Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simon.	49
BC. 12	Botelho, A. V.; Reis, L. M. (2008). <i>Dicionário Histórico do Brasil: colônia e império</i> . Belo Horizonte: Autêntica. 360 p.	304
BC. 13	Slenes, R. W. (1999). <i>Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 299 p.	57
BC. 14	Corti, L. (1992) <i>Beni culturali: standards di rappresentazione, descrizione e vocabulário</i> . Modena: Franco, Cosimo e Panini	175
BC. 15	Ferrez, H.; Bianchini, M.H.S. (1987) <i>Thesaurus para acervos museológicos</i> . (Vol. 1) Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro. 86p. (Série técnica).	2.237
BC. 16	Coelho, M. C. <i>Tesouro do Folclore e Cultura Popular Brasileira</i> . Recuperado 01/09/2014 em http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/sistemica.html	2.193
Total		6.848

Tabela 1- Banco de Conceitos coletados para serem selecionados para a construção da taxonomia

Anexo 2

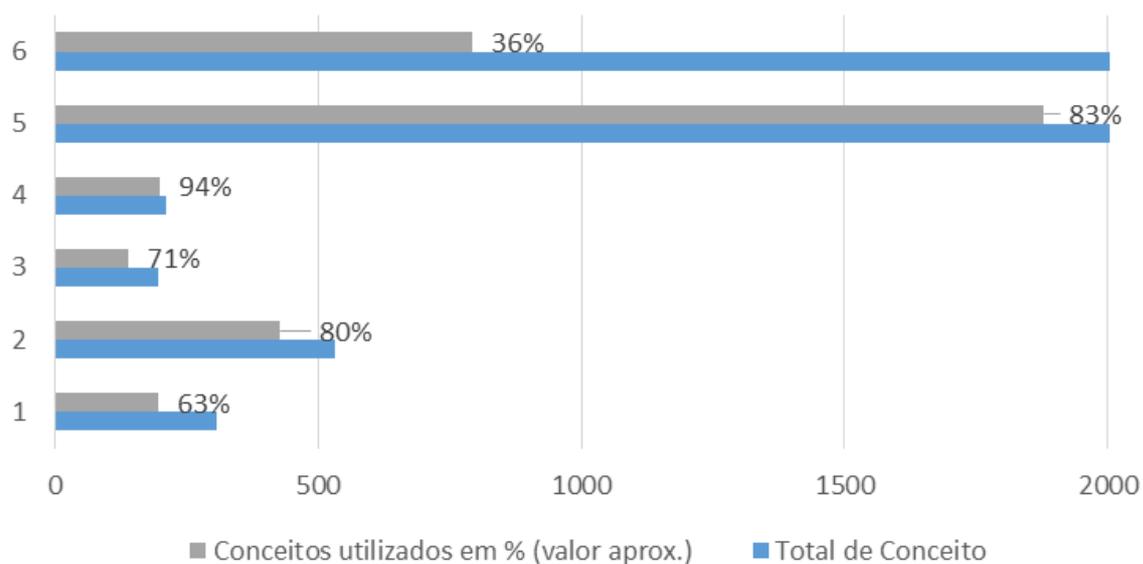


Gráfico 1-Percentual de Conceitos Inseridos na taxonomia